



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Chamamento Público nº 06/2026

Processo nº 30/2026

Inexigibilidade nº 25/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS NA ESTRATÉGICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), COM REGIME DE 40 (QUARENTA) E 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 3.188 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

Empresa Impugnante: DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, que ao final subscreve, vem em razão da **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** interposta pela empresa **DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.435.382/0001-26, com sede na Rua José Batista Neves, nº 17, Jardim Canadá, Maringá/PR, CEP 87030-590, apresentar as suas razões para, ao final, decidir como segue:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de análise de Impugnação apresentada pela empresa DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. em face do Edital de Chamamento Público nº 06/2026. Em sua peça impugnatória, a empresa questiona disposições específicas do instrumento convocatório relativas à qualificação técnica, alegando, em síntese, que as exigências previstas no item 2.16, alíneas “a”, “b” e “c”, impõem ônus desproporcional às licitantes, gerando restrição indevida à competitividade e afronta aos princípios da isonomia, razoabilidade e ampla concorrência previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Constituição Federal.

Sustenta, nesse sentido, a irregularidade das exigências de apresentação de Alvará Sanitário em nome da pessoa jurídica licitante, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, bem como documentação comprobatória de inclusão do estabelecimento no arquivo “TERCEIRO BRASIL”, requerendo, ao final, o acolhimento da impugnação com a consequente supressão das referidas exigências para fins de habilitação técnica.

É o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

II - DA ADMISSIBILIDADE

À análise inicial, cumpre a verificação dos requisitos formais para apresentação da presente Impugnação, a qual foi protocolizada dentro do prazo legal.

No que se refere à tempestividade e à forma, verifica-se que a impugnação atende às exigências legais e editalícias.

III- DO JULGAMENTO

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Chamamento Público foi elaborado em observância aos princípios que regem as contratações públicas, com destaque para os princípios da legalidade, isonomia, motivação, eficiência, razoabilidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito dos procedimentos auxiliares de credenciamento, a Administração Pública deve estruturar o instrumento convocatório de modo a assegurar, simultaneamente, a ampliação da rede de prestadores aptos ao atendimento da demanda pública e a observância das condições mínimas necessárias à adequada execução dos serviços de saúde pretendidos, em consonância com as necessidades assistenciais do Município.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os requisitos de habilitação e as exigências editalícias devem guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto contratado, sendo vedadas cláusulas que restrinjam indevidamente a competitividade ou inviabilizem a participação de interessados aptos à execução do objeto. Por outro lado, compete à Administração definir, de forma motivada, as condições técnicas e operacionais consideradas necessárias à adequada prestação dos serviços.

No exercício do poder-dever de autotutela administrativa, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, compete à Administração Pública promover a revisão e o aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos convocatórios, sempre que identificada a possibilidade de ampliação da competitividade sem prejuízo à adequada execução do objeto.

Nesse contexto, passa-se à análise específica dos apontamentos formulados pela Impugnante.

1. Da exigência de apresentação de Alvará Sanitário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Impugnante questiona a exigência de apresentação de Alvará Sanitário emitido em nome da pessoa jurídica interessada no credenciamento, sustentando que os serviços médicos ambulatoriais serão executados diretamente nas Unidades Básicas de Saúde (Estratégia de Saúde da Família – ESF) pertencentes à rede municipal de saúde.

A exigência em questão foi originalmente inserida no instrumento convocatório com finalidade preventiva e protetiva à Administração Pública, buscando assegurar que eventuais prestadores de serviços atuassem em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, em observância ao interesse público e à regularidade da prestação dos serviços de saúde. Trata-se, portanto, de cautela administrativa legítima, especialmente considerando a natureza sensível do objeto contratado.

Contudo, após análise mais aprofundada da natureza específica do objeto licitado e das impugnações apresentadas, verifica-se que a manutenção da referida exigência, tal como prevista no edital, mostra-se desnecessária e potencialmente restritiva à competitividade do certame.

Isso porque, no presente caso, os profissionais médicos disponibilizados pelas pessoas jurídicas credenciadas atuarão exclusivamente nas dependências físicas das unidades de saúde do próprio Município, utilizando a infraestrutura pública já submetida ao controle e fiscalização sanitária competentes. Assim, a regularidade sanitária do ambiente de execução dos serviços encontra-se intrinsecamente vinculada ao próprio ente público contratante, e não à pessoa jurídica que disponibilizará os profissionais.

Nesse contexto, exigir das empresas interessadas a apresentação de Alvará Sanitário relativo a estabelecimento próprio pode representar formalismo excessivo, sobretudo em situações nas quais a pessoa jurídica atua precipuamente na intermediação e disponibilização de profissionais médicos, sem exploração direta de unidade clínica ou ambulatorial particular.

Dessa forma, considerando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 37, XXI, da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, entende-se pertinente o **acolhimento do apontamento**, com a consequente exclusão da exigência do instrumento convocatório.

2. Da exigência de CNES ativo com vínculo SUS prévio

Insurge-se ainda a Impugnante contra a exigência prevista no item 2.16 do capítulo “II – Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica” do Edital, relativa à manutenção de cadastro ativo no CNES com vínculo SUS previamente formalizado, alegando que tal condição restringe a participação de novos prestadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

No ponto, verifica-se que a exigência também foi inicialmente estabelecida com intuito preventivo, visando conferir maior segurança administrativa quanto à aptidão operacional dos futuros credenciados e à compatibilidade dos serviços com os fluxos assistenciais do Sistema Único de Saúde.

Entretanto, após reavaliação técnica e jurídica da cláusula editalícia, concluiu-se que a exigência de vínculo SUS previamente ativo não se mostra indispensável à fase de habilitação do credenciamento, sobretudo porque os serviços serão executados nas dependências físicas das repartições do Município, vinculadas à Estratégia de Saúde da Família – ESF.

Nessa hipótese, a operacionalização cadastral, a vinculação da produção ambulatorial e os procedimentos relacionados ao faturamento perante o SUS constituem atribuições administrativas do próprio ente público, não sendo razoável exigir do particular condição prévia que depende, em grande medida, da própria futura relação contratual a ser estabelecida com a Administração.

Assim, considerando a possibilidade de ampliação da competitividade sem comprometimento da execução contratual, o **apontamento também merece acolhimento**, com a adequação do edital para afastar a exigência de vínculo SUS prévio como condição de participação no credenciamento.

3) Da exigência de comprovação de inclusão no arquivo “TERCEIRO BRASIL”

A Impugnante questiona a exigência prevista no item 2.16, alínea “c”, referente à comprovação de inclusão do estabelecimento no arquivo denominado “TERCEIRO BRASIL”, vinculado ao sistema CNES, sustentando tratar-se de requisito potencialmente restritivo à participação de interessados.

Quanto ao ponto, assim como as demais exigências supracitadas, verifica-se a finalidade eminentemente cautelar e operacional, buscando assegurar maior segurança na futura integração dos prestadores aos fluxos administrativos do Sistema Único de Saúde — SUS e aos mecanismos de processamento de produção ambulatorial.

Todavia, em reanálise do instrumento convocatório, constatou-se que a manutenção da referida exigência como condição prévia de habilitação pode, de fato, representar limitação excessiva à participação de novos prestadores, especialmente porque se trata de condição acessória, dependente de rotinas administrativas posteriores e não diretamente relacionada à capacidade técnica de execução dos serviços médicos pretendidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Além disso, verificou-se que a exigência pode ser adequadamente tratada em momento posterior à formalização do credenciamento, sem prejuízo à Administração Pública, à fiscalização contratual ou à operacionalização dos serviços.

Dessa forma, em observância aos princípios da razoabilidade, competitividade e ampla participação, o apontamento **merece acolhimento**, com a consequente exclusão da exigência do instrumento convocatório.

IV – DA DECISÃO

Isto posto, pelas razões acima expostas, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e observância dos princípios licitatórios, bem como no exercício do poder-dever de autotutela administrativa, o Secretário Municipal de Saúde conhece da presente impugnação para, no mérito, **JULGÁ-LA PROCEDENTE**, determinando a retificação do Edital de Chamamento Público nº 06/2026 nos pontos pertinentes aos itens impugnados, permanecendo inalteradas as demais disposições editalícias não alcançadas pela presente decisão.

É como decido.

Campo Belo/MG, 22 de maio de 2026.

Darcy Eduardo Maia
Secretário Mun. de Saúde

DARCY EDUARDO MAIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE